

Prefácio à edição portuguesa

Porquê traduzir um livro cuja primeira edição tem mais de 60 anos? Por três razões principais que vão para além do sucesso de vendas que *The Wordly Philosophers* foi em Inglaterra e nos Estados Unidos.

A primeira razão diz respeito ao apoio ao conhecimento sobre a economia portuguesa que o Gabinete de Estudos do Ministério da Economia procura promover.

A publicação de obras com algumas das principais ideias dos grandes economistas, que ainda hoje são válidas e por isso se fazem sentir, ajuda a compreender melhor o funcionamento contemporâneo dos mercados de bens e serviços e de toda a economia portuguesa.

Neste sentido, a obra tem como principal destinatário todo o público interessado nestes temas, estando por isso à venda nas livrarias e sendo ainda distribuída por bibliotecas de todo o país, quer municipais quer universitárias.

Mas ela também é apropriada para estudantes, docentes e investigadores, porque é um ótimo complemento para o estudo das ideias económicas e para os trabalhos de investigação académica ao facilitar a perceção das ideias e das obras dos grandes economistas.

Por um lado, proporciona um enquadramento histórico da vida e dos locais por onde passaram esses grandes pensadores, ajudando a associar a dimensão contextual ao conjunto de ideias que ainda hoje perduram; por outro, transmite um indispensável encadeamento histórico ao mostrar o fio condutor sobre o qual cronologicamente se sucederam as principais ideias económicas.

A segunda razão decorre da primeira e é a necessidade de divulgar o conhecimento e as ideias económicas por forma a prevenir más interpretações e incorretas conclusões acerca do legado desses economistas. Por exemplo, a obra de Adam Smith é pouco conhecida em Portugal, especialmente os seus trabalhos fora da área económica.

Este livro é um primeiro passo para o leitor que queira entrar nas obras desses grandes economistas. A sua publicação pretende facilitar o acesso a um conhecimento mais rigoroso dos seus trabalhos e evitar ilações erróneas sobre os

seus contributos e o seu legado para a história das ideias que são, infelizmente, muito comuns, mesmo no meio académico.

A terceira razão é, talvez, a mais importante: o livro é simplesmente extraordinário, com uma escrita que flui e nos leva a lê-lo até ao fim, quase sem parar. Pelo menos foi o que eu senti quando o descobri, já tarde, na minha estada em Inglaterra entre 2003 e 2006 (a primeira edição do livro é de 1953).

Extraordinário pela sua objetiva simplicidade, na forma como torna fáceis ideias que são muitas vezes pomposamente apresentadas como complexas, na velha tradição continental de pretensiosismo intelectual que Popper e outros há muito denunciaram; e, em simultâneo, pela simplicidade, a beleza e a riqueza do texto, conjugando estes atributos de uma forma que só a língua inglesa permite; finalmente, porque mostra o resultado, na atualidade, do pensamento de homens brilhantes, infelizmente pouco conhecidos da generalidade do público português.

Adam Smith e Karl Marx estarão entre os poucos filósofos que são conhecidos por um público mais alargado, pelo menos de nome. E as suas ideias? Smith deverá ser menos conhecido do que Marx, mas ser conhecido não significa que as suas ideias estejam menos presentes no funcionamento das sociedades de hoje. Neste campo, Adam Smith foi e é, sem dúvida, mais influente.

Têm pontos em comum. Ambos nos deixaram um relevante legado, mas ambos são pouco exatos nas previsões que fizeram sobre o futuro funcionamento das economias e das sociedades.

Smith deixou-nos o sistema de mercado em que a ação autónoma dos indivíduos na procura do lucro conduz ao aumento do bem-estar na sociedade, demonstrou a importância da produtividade para o desenvolvimento económico e reuniu tudo no capitalismo, uma forma elegante de garantir o sustento e aumentar a riqueza das populações. Mas a sua ênfase nunca foi exclusivamente material – fê-lo sempre com preocupações sobre a moral e os bons costumes no comportamento das pessoas.

Marx alertou-nos para a instabilidade dos ciclos económicos nas sociedades capitalistas, enfatizou o papel da inovação e da tecnologia, mesmo sem ter percebido as suas consequências, e deixou-nos a duvidosa teoria da mais-valia, que ainda hoje influencia as relações laborais.

Mas, onde Smith construiu, Marx destruiu. Smith deu-nos uma mundivisão do funcionamento de uma sociedade livre, descentralizada e saudavelmente desconfiada do Estado, à qual não é alheia a sua proximidade temporal com a queda do regime absolutista no Reino Unido. A economia de mercado tornou-se uma tradição desde o tempo de Adam Smith.

Marx, por seu lado, não nos deixou nada sobre a sociedade que inevitavelmente resultaria da autodestruição do capitalismo. Empenhou-se na crítica ao capitalismo e a anunciar a sua destruição, mas, ao fazê-lo, paradoxalmente, contribuiu para o fortalecer.

A separação entre o que cabe à sociedade e o que deve fazer o Estado é talvez uma das mais importantes diferenças entre estes dois autores, devendo realçar-se, pela sua centralidade, a existência ou não de propriedade privada.

Smith apresenta o interesse próprio, moldado por valores morais, a especialização obtida pela divisão do trabalho e os direitos de propriedade bem definidos como a explicação para as diferenças de desenvolvimento económico entre os países. O Estado teria aqui um papel complementar, devendo apenas intervir quando o interesse privado não fornecesse os bens e serviços de que a sociedade necessita.

Marx prevê o fim da propriedade privada ao jeito de uma utopia rousseauniana», em que o coletivo tudo gere para a felicidade da sociedade, nunca explicando como é designado nem quem representa esse coletivo. Para Marx, tudo deve estar nas mãos do Estado, mas nunca esclareceu como seria possível resolver o paradoxo que Frédéric Bastiat referiu no século XIX: «Toda a gente quer viver à custa do Estado. Esquecem-se de que o Estado vive à custa de toda a gente».

As ideias de Smith e as críticas de Marx permanecem nas sociedades contemporâneas. Hoje parece existir um consenso alargado sobre a complementaridade dos papéis da sociedade e do Estado, mas a coincidência termina aí, pois esse aparente consenso deixa uma grande margem de manobra para a coexistência de sociedades muito diferentes.

Desde a década de 1980, o papel do Estado foi questionado e a sua natureza foi mudada com a privatização de empresas públicas, a desregulamentação da economia e uma maior ênfase na regulação dos mercados. Mas o Estado não deixou de crescer, tendo o peso da despesa pública no produto interno bruto em Portugal passado de 10% em 1950 para 50% em 2010.

Aparentemente, estamos agora a assistir a um regresso ao modelo interventivo do Estado na sociedade, em que os apoios públicos se multiplicam em todas as direções, distorcendo as decisões de investimento das empresas e fornecendo um conjunto cada vez mais alargado de apoios às pessoas que até poderá vir a incluir um rendimento básico universal.

O que nos leva a muitas questões sobre a separação entre o Estado e a sociedade, especialmente no que toca ao poder económico e à sua compatibilidade com

a democracia e a liberdade: as ideias de Smith estão bem enraizadas e o sistema de mercado veio para ficar? Ou há um regresso a um cada vez maior intervencionismo estatal, na direção do que Marx preconizou? Como devem relacionar-se sociedade e Estado? Como determinar a sua interdependência e a sua complementaridade? E as instituições intermédias independentes? Qual é o seu papel?

Duas notas adicionais sobre o livro e as motivações do autor, que espero ajudem o leitor a compreender melhor o que vai ler.

Em primeiro lugar, o livro de Robert Heilbroner acaba por ser um enaltecimento do capitalismo, porque, à semelhança de Marx mas talvez inconscientemente, fortalece-o com as críticas que apresenta. O elogio exagerado das capacidades de previsão de Marx ou o enorme destaque dado aos socialistas utópicos ou às denúncias de Thorstein Veblen parecem não só revelar as raízes marxistas do autor mas também confirmar o capitalismo como a única referência válida no pensamento e na prática económica dos últimos 250 anos.

A segunda nota é sobre o que falta no livro. A escola austríaca é representada apenas por Schumpeter, e nomes como Carl Menger, Friedrich von Wieser ou Ludwig von Mises são ignorados. Mesmo Hayek só é referido de passagem no capítulo de Keynes, onde o seu influente *O Caminho da Servidão* é caracterizado como «um exagero». Mais grave é a total ausência da escolha pública, que devolveu à economia a sua natureza de ciência social e política, e de pensadores como Knut Wicksell ou James Buchanan.

Outros nomes, como Antoine-Augustin Cournot, Jules Dupuit, Vilfredo Pareto, Edward Chamberlin ou Joan Robinson, não são mencionados ao longo do livro. Os microeconomistas, ou até os comportamentalistas, não estão entre os filósofos que ele apresenta, mas fica a ideia de que houve alguma preguiça da parte de Heilbroner nas suas sucessivas atualizações até 2000.

Por fim, a publicação deste livro não teria sido possível sem a participação e o apoio da PricewaterhouseCoopers, essencial para este e outros projetos que o Gabinete de Estudos tem desenvolvido, e da Príncípa, que traduziu e editou o livro. (Não posso deixar de destacar aqui a saga do Dr. Henrique Mota para conseguir descobrir o detentor dos direitos do livro e para conseguir negociá-los.) A estas instituições, e às pessoas que as representam, um grande «muito obrigado», pois sem elas não teria sido possível publicar este maravilhoso livro.

Ricardo Pinheiro Alves
Lisboa, agosto de 2018